



Anais da Assembleia

Nº 35

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE ABRIL DE 1992

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1992
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Domingos Carvalho e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Tadeu Lúcio Machado, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cêzar Silvestri, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Dr. Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Iensen, João Preis, Osvaldo Trevisan, José Arthur Ritti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (41). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados Algaci Túlio, Heinz Herwig, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Colombino Grassano, Dobrandino da Silva, Hermas Brandão, José Tavares, José Alves, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Nilton Barbosa e Rafael Greca de Macedo (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Offícios:

Sob o número ATCC 1639/92, do Sr. MAURO ROCHA, Chefe da Casa Civil substituto, em resposta a Pedido de Informações requeridas pelo Sr. Deputado Paulo Maia, sobre "valores arrecadados pelo estado através

das consignações, em folha de pagamento, das associações e sindicatos de funcionários públicos, em fevereiro de 1992".- Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

OF. 097/92

Curitiba, 09 de abril de 1992.

Senhor Presidente.

Pelo presente vimos à presença de Vossa Excelência para, em nome da categoria do magistério, enaltecer-lhe o espírito democrático com que a Assembleia Legislativa aprovou o requerimento dos Deputados Dobrandino Gustavo da Silva e Alceu Swarowski para submeter o Projeto de Lei nº 592/92 a um Fórum de Debates com a participação do funcionalismo público estadual.

Rogamos a Vossa Excelência dar ciência ao Plenário da Assembleia Legislativa da nossa satisfação pela abertura que nos é concedida de participar dos debates sobre tema de suma importância para os servidores.

(a) IZAIAS OGLIARI

Presidente - APP - Sindicato

OF. 104/92

Curitiba, 09 de abril de 1992.

Senhor Presidente.

Valemo-nos do presente para encaminhar-lhe cópia da "pauta de reivindicações" emanada da assembleia geral da entidade, no dia 29.03.92, pelo que lhe solicitamos empenho no atendimento da pauta em anexo.

Aproveitamos o ensejo para renovar-lhe nossa estima e respeito.

(a) IZAIAS OGLIARI

Presidente - APP - Sindicato

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA APP-SINDICATO
DOS PROFESSORES DAS REDES PÚBLICAS
ESTADUAIS E MUNICIPAIS NO PARANÁ

I - POLÍTICA SALARIAL

01 - Data base: Fixação da data base da categoria em 1º de maio.

02 - Piso salarial do DIEESE por 20 horas semanais: estabelecimento do piso salarial profissional para 20 horas semanais, conforme o piso salarial do DIEESE.

03 - Reposição da inflação mês a mês, de acordo com cálculos dos institutos oficiais, IBGE e DIEESE, para manutenção do poder aquisitivo dos salários.

04 - Aumento real, no mínimo de 10%: estabelecimento, na sua data-base, do aumento real de salário de, no mínimo, 10%.

05 - Isonomia de vencimentos e demais vantagens decorrentes da Lei ou de nego-

ciação coletiva, aos integrantes da categoria ainda que aposentados ou regidos pela CLT.

06 - Garantia do professor substituto, dos salários pagos, iguais ao professor substituído, desde que o salário deste seja superior.

07 - Incorporação dos vencimentos/salários, para todos os efeitos legais, inclusive férias e 13º salário aos valores recebidos a título de aulas em substituição.

08 - Incorporação da gratificação de regência de classe aos vencimentos/remuneração de todos os integrantes da categoria para todos os efeitos legais.

09 - Garantia de que todo professor integrante da categoria, perceberá seus vencimentos/remuneração pela maior habilitação/titulação, independente do regime de trabalho, nível de atuação e Regime Jurídico, de a sua admissão.

10 - Transformação dos quinquênios atualmente pagos pelo Estado, em anuência, à razão de 1,0% (um por cento) sobre os vencimentos/salários, garantidos a todos os integrantes da categoria.

11 - Garantia de pagamento do adicional noturno, a todos os integrantes da categoria, à razão de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora diurna, com reflexos no repouso semanal.

12 - Garantia de pagamento das horas-extra, a todos os integrantes da categoria, com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre as duas primeiras horas e, de 100% (cem por cento) para as demais horas excedentes de duas por dia, além da carga horária normal do professor, com reflexos no repouso semanal.

13 - Pagamento do adicional de 25% (vinte e cinco por cento), sobre os vencimentos/remuneração, para os integrantes da categoria que supervisionem estágios em horários e local, que não sejam os fixados em sua lotação.

14 - Implantação imediata da ajuda de custo de 30% (trinta por cento), sobre os vencimentos/remuneração, ao integrante da categoria que trabalha em escolas de difícil acesso, ou em municípios de fronteira, em razão das dificuldades que cercam o desempenho das funções.

15 - Gratificação de Regência de Classe, que atualmente é paga à razão de 1,2% (um vírgula dois por cento) ao dia, passará a ser de 2% sobre o piso inicial mínimo de remuneração / vencimento do professor enquadrado no Quadro do Magistério que se constituirá como referência para o cálculo: a gratificação de regência será paga a todos os professores integrantes da categoria. Para os especialistas de Educação, uma gratificação semelhante à da regência.

16 - Gratificação de Regência de Classe para os professores que atuem em escolas situadas na zona rural, à razão de 2% (dois por cento) sobre a remuneração/vencimento, independentemente da gratificação de regência.

17 - Gratificação de Classe Multisseriada, ou seja, classes com mais de uma série, à razão de 50% (cinquenta por cento) sobre a remuneração/vencimento, a todos os integrantes da categoria, sem prejuízo de outras gratificações, inclusive de regência de classe, hoje percebida pelos mesmos.

18 - Gratificação de diretores: 45% do PE5, para Diretor-Geral, por turno; 35% do PE5, para Diretor Auxiliar, por turno.

19 - Pagamento do salário relativo às férias, acrescido de 1/3 (um terço) do valor do salário normal, antes do gozo das férias.

20 - Pagamento integral do 13º salário a todo funcionalismo público até 10 de dezembro, anualmente.

21 - Igualdade entre os proventos do pessoal do Magistério ativo e inativo (Direito Constitucional).

22 - Percepção de férias proporcionais, ainda que conte menos de 12 meses de serviço, ao integrante da categoria que solicite demissão ou exoneração, ou ainda quando despedido imotivadamente.

23 - Em caso de demissão de professor durante o período de férias ou recesso escolar, garantia de percepção de remuneração/vencimentos relativa ao período de férias e recesso até o reinício das aulas (Enunciado 10/TST).

24 - Pagamento dos valores corrigidos monetariamente, na hipótese de pagamento de salários com atraso.

25 - Pagamento no dia posterior à demissão, na hipótese de aviso prévio indenizado, ou no prazo de cinco dias, na hipótese de aviso prévio cumprido.

26 - Homologação das rescisões contratuais, inclusive dos integrantes da categoria que tenham menos de um ano de serviço, com assistência e perante a APP-SINDICATO.

27 - O valor da aula extraordinária deverá ser igual ao CLT, incluindo o repouso semanal remunerado.

II - CONCURSO PÚBLICO

01 - Realização de concursos públicos de prova e títulos pelo Estado, anualmente, com a participação da APP-SINDICATO, para preenchimento das vagas existentes para professor, supervisor e orientador educacional.

02 - Garantia de maior pontuação por ocasião da realização do concurso público, ao professor que já mantém vínculo com o Estado, CLT e aulas extraordinárias na

prova de títulos, que levará em consideração o número de dias trabalhados; para os fins aqui previstos, o tempo de serviço do professor em escolas municipais que foram estadualizadas ou vice-versa, bem como o prestado decorrente de aulas ministradas em escolas municipais.

03 - Realização de concurso interno de transposição de nível para o professor e especialista em educação de 2 em 2 anos.

04 - Realização de concurso imediato para auxiliares de serviços gerais, secretários de escola e auxiliares administrativos e inspetores de alunos.

05 - Realização de concurso interno para os professores da estabilidade e do Quadro Único de Poder Executivo, habilitados para passarem para o Quadro Próprio do Magistério.

06 - Concurso de remoção, anualmente.

III - ELEIÇÃO PARA DIRETOR

01 - Realização de eleições diretas para o cargo de Diretor de Escolas Públicas Estaduais, através de Lei.

IV - VALORIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO

01 - Conservação da atual estrutura da tabela, criação dos níveis PF6, PG7 e PH8 por habilitação: Conservação da atual estrutura da tabela salarial e criação dos níveis PF6 para professores e especialistas com curso de especialização PG7 para mestre, PH8 para doutor.

02 - Tabela do Quadro Próprio com 19 referências, no avanço diagonal.

03 - Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, ou tempo parcial, com pagamento da respectiva gratificação, correspondente a 50% sobre a remuneração/venimento, além de outras vantagens deferidas em lei, para a presente situação específica.

a) Possibilidade de opção pelo Regime de Dedicção Exclusiva com jornada de 40 horas / aulas semanais, 30 horas/aulas semanais ou 20 horas / aulas semanais.

b) Garantia da hora atividade, que corresponderá 30% (trinta por cento) da carga horária semanal, nas jornadas de trabalho de 40, 30 e 20 horas/aula.

04 - Extensão da hora/atividade em vigor, dedicada a trabalhos extraclasse, entre os quais, correção de provas, preparação de aulas, etc, a todos os integrantes da categoria regentes de classe, independentemente do regime de trabalho.

05 - Alteração da hora/atividade, que era de 20% (vinte por cento) da jornada de trabalho, para 30% (trinta por cento), da jornada de trabalho semanal.

06 - Fixação do número máximo de alunos por sala, em benefício do educando, conforme tabela sugerida pela CNTE:

a)	1 ^a a 2 ^a	séries	20	alunos;
b)	3 ^a a 4 ^a	séries	25	alunos;
c)	5 ^a a 8 ^a	séries	30	alunos;
d)	2º grau	35	alunos;	
	Aulas práticas	20	alunos.	

07 - Professor auxiliar por turma com verbas específicas e treinamentos, tendo em vista o atendimento diferenciado, como forma de atingimento do objetivo dos programas, nas escolas em que houve a adoção do ciclo básico e pré-escola.

08 - Integração do Tempo de serviço prestado ao magistério municipal, ou particular, no tempo de serviço do Estado, para todos os efeitos legais, inclusive aposentadoria integral e carga horária.

09 - Respeito aos direitos adquiridos, inclusive licença especial e acervo.

10 - Afastamento remunerado por seis meses, desde que requerido, para participação em cursos de aperfeiçoamento ou especialização profissional ao integrante da categoria, a cada sete anos de serviço, contínuos ou interruptos.

11 - Garantido aos integrantes da categoria, titulares de dois padrões ou mesmo integrantes do RDT - Regime Diferenciado do Trabalho, da disponibilidade remunerada, com dispensa da carga horária para frequência de cursos de aperfeiçoamento e especialização, subordinada à provação da frequência ao término do mesmo e comunicação antecipada.

12 - Dispensa do cumprimento do estágio probatório, em cumprimento ao acordo APP/ESTADO, em 20 de abril de 1988, bem como pela já demonstração das condições de exercício da função e cargo, para o professor que ministra ou tenha ministrado aulas na Rede Estadual, Municipal ou qualquer outra Rede de Ensino, por dois anos consecutivos ou três alternados.

13 - Disponibilidade dos horários intrajornada ao professor (janelas) em que aguarda a próxima aula, visto que não pode dispor desse horário para atividades particulares.

14 - Vale transporte, gracioso, na forma prevista em Lei, a todos os integrantes da categoria, que manifestarem o interesse, haja vista que as demais categorias de trabalhadores já foram contemplados.

15 - Ticket refeição gracioso ou com pagamento de valor correspondente a todos os integrantes da categoria, podendo inclusive valer-se do Programa de Alimentação - PAT.

16 - Creches nos locais dos estabelecimentos de ensino, ou convênios, de forma a propiciar que os professores e funcionários possam manter nelas seus filhos até seis anos de idade.

17 - Pagamento de Auxílio Creche/babá, correspondente a um Piso Nacional de Salário.

rios, em relação a cada filho do integrante da categoria, sem prejuízos das verbas destinadas à Educação.

18 - Aumento do número de integrantes da categoria no Conselho de Educação de um para três efetivos.

19 - Liberação remunerada de todos os Diretores da APP-SINDICATO, inclusive as Diretorias dos Núcleos Sindicais existentes no Estado, tendo em vista constituir-se em Sindicato de base territorial estadual.

20 - Ingresso do professor no Regime Diferenciado de Trabalho, independentemente do regime jurídico e número de vagas.

21 - Garantia de manutenção do Estatuto do Magistério no Regime Jurídico Único e de suas conquistas.

22 - Participação dos professores em todas as discussões e deliberações de matérias de interesse da classe e do ensino, como forma de evitar conflitos mediante a adoção de medidas que contrariam os interesses das partes envolvidas.

23 - Constituição de uma comissão paritária entre a APP-SINDICATO e o ESTADO, através da Secretaria de Estado e Educação, com o objetivo de elaboração dos critérios e condições a serem estabelecidas para os concursos públicos, e, outras deliberações de interesse comum das partes acordantes.

V - IPE

01 - Manutenção do IPE (Instituto de Previdência do Estado), com prestação de serviços médicos, hospitalares, odontológicos, laboratoriais e ambulatoriais de boa qualidade, além das suas atribuições previdenciárias.

02 - Garantia de participação de cinco integrantes da categoria, indicados pelo Sindicato, no Conselho Deliberativo do IPE - Instituto de Previdência do Estado, haja vista que 33% dos contribuintes na ativa são oriundos dos integrantes da categoria.

03 - Gerenciamento paritário do IPE entre Governo e Servidores.

04 - Pagamento da dívida atualizada do Estado para com o IPE.

05 - Repasse mensal dos 3% da folha de pagamento dos servidores do Estado ao IPE para assistência gratuita aos servidores e dependentes.

06 - Auditorias anuais no IPE.

VI - REGIME JURÍDICO ÚNICO

01 - Envio de Projeto de Lei pelo Executivo, com ampla participação dos servidores, criando o RJU, à Assembleia Legislativa, assegurada a manutenção e aperfeiçoamento do estatuto do magistério.

VII - VERBAS PÚBLICAS

01 - Cumprimento integral e transpa-

rente dos dispositivos constitucionais em relação à aplicação das verbas públicas na Educação.

02 - Mais verbas para as escolas públicas, com autonomia de gerenciamento desses recursos pelas direções.

03 - Liberação imediata do Salário Educação à FUNDEPAR ou Secretaria de Educação para emprego no Ensino Público.

(a) IZAIAS OGLIARI

Presidente da APP-Sindicato

OF. 402/92

Senhor Presidente.

Tomo a liberdade de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar justificativa à minha ausência dos trabalhos parlamentares deste dia 13 de abril, tendo em vista que os compromissos assumidos na Região Noroeste do Estado impedem-me a presença.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, antecipar agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 13.04.92

(a) MARIO BEZERRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário adiamento da discussão e votação por 5 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 473/91, para melhor estudo da matéria constante do referido Projeto.

Sala das Sessões, em 13.04.92

(a) TADEU LOCIO MACHADO

REQUERIMENTO Nº 438

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regime Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.04.92

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 449

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente, subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário REQUER, formação de comissão composta por Deputados desta Assembleia, com a participação de todos os partidos para audiência com o Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes e Co-

municação, Affonso Camargo, cumprimentando e reivindicando liberação de recursos para a conclusão, recuperação e investimentos necessários nas rodovias e ferrovias Federais em nosso Estado.

Outrossim, solicita ainda que seja convidado o Governador Roberto Requião, e o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Anibal Khury, faça parte desta comissão, demonstrando assim que o Poder Executivo, unido ao Poder Legislativo estão atentos nas ações do Ministro Paranaense em relação ao seu Estado Natal, comissão composta por cinco membros e no prazo de 15 dias.

Sala das Sessões, em 13.04.92

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Com um orçamento de Cr\$ 23 trilhões, a maior parte para investimentos, o Ministro Affonso Camargo, profundo conhecedor das dificuldades de nosso Estado, certamente poderá investir em obras tão necessárias ao Estado de maior produção em grãos do País. As dificuldades de transporte da safra paranaense poderão ser minimizadas gradativamente se executarmos unidos, Poder Executivo e Legislativo, a sensibilização do Ministro para a oportunidade ímpar que se apresenta.

Entendemos que com a participação de todos os partidos, liderados pelo Governador e pelo Presidente desta Casa, que além de sua força política, é do mesmo partido do novo Ministro, estaremos demonstrando ao povo do Paraná, que os homens públicos deste estado sempre atentos e preocupados com o bem estar da população, independente de sigla partidária.

REQUERIMENTO Nº 444

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, com fulcro nos dispositivos constitucionais, licença do seu mandato parlamentar a partir desta data, pelo período de doze dias, a fim de que possa assumir a Prefeitura Municipal de Curitiba, em substituição ao Prefeito Jaime Lerner, que estará no exterior, tratando de assuntos do interesse do município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(a) ALGACI TOLIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Secretaria do Governo Municipal

Ofício nº 093/92-SGM

Curitiba, 10 de abril de 1992.

Senhor vice-Prefeito.

Por ordem do Prefeito Jaime Lerner, tenho a honra de comunicar a Vossa Senhoria que o mesmo, devidamente autorizado pela Câmara Municipal, irá se ausentar do

País, com destino a Zurique na Suíça e New York (USA) para tratar de assuntos de interesse do Município.

O prazo de afastamento do cargo será de 12 (doze) dias a contar de 11 de abril do corrente.

Assim, fica Vossa Senhoria convidado a assumir o cargo de Prefeito, no período acima mencionado, de conformidade com a legislação vigente.

Respeitosamente,

(a) NIREU JOSE TEIXEIRA

Secretário do Governo Municipal

Ao Senhor

ALGACI ORMÁRIO TOLIO

Vice-Prefeito de Curitiba

Palácio 29 de Março

REQUERIMENTO Nº 450

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja feita a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, o voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora LEIA FILOMENA DIAS, ocorrido em 08 de abril do ano em curso.

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

Em data de 08.04.92, nesta Capital do Estado do Paraná, especificamente nas cadeiras do Estádio do Alto da Glória, lamentavelmente por uma fatalidade do destino, a Senhora LEIA FILOMENA DIAS, esposa do goleiro do Paraná Clube, veio a entrar em óbito, em uma noite que poderia ser triunfal, acaba se transformando em tristeza para o Clube, para a torcida tricolor e principalmente para seu esposo, o conceituado Luiz Henrique, seus filhos e demais familiares.

É portanto, motivo de profundo pesar para esta Casa associar-se as condolências que fazemos nesta data à família.

REQUERIMENTO Nº 448

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, membros da bancada do Partido da Frente Liberal, no uso de suas atribuições regimentais e considerando a escolha e nomeação pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República FERNANDO COLLOR DE MELLO, de AFFONSO ALVES DE CAMARGO no cargo de Ministro de Estado dos Transportes e Comunicações; considerando a posse no dia de hoje; considerando ser o novo Ministro um paranaense ilustre, que sempre dignificou os cargos que ocupou e muito poderá contribuir com este País, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o envio de voto de congratulações para com o novo Ministro, no desejo de profícua gestão.

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(aa) PLAUTO MIRO GUIMARÃES, NELSON GARCIA, CLEITON KIELSE, NEIVO BERALDIN, JOÃO PREIS, COSTENARO NETO, JOÃO ARRUDA, BASÍLIO ZANUSSO, TOTI COLAÇO, ADEMAR TRAIANO, OSWALDO TREVISAN, EDSON SILVA LINO, ELIO RUSCH, TADEU LÚCIO MACHADO e CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 451

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao time do "Paraná Clube", bem como à sua Diretoria e seu Presidente, pela conquista da classificação para a 1ª Divisão do Futebol Nacional, em data de 08 de abril do ano em curso.

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

Em data de 08 de abril do ano em curso, o "Paraná Clube" definiu a sua ascensão à 1ª Divisão de 1993, ao derrotar, no Estádio Couto Pereira, nesta Capital, a representação do "Londrina Esporte Clube", por 2 x 1, trazendo com essa vitória triunfal, o orgulho e respeito ao futebol do Paraná.

É portanto, motivo de contentamento para esta Casa, associar-se às congratulações que são merecidamente manifestadas ao "Paraná Clube".

REQUERIMENTO Nº 440

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, seja o Projeto de Lei 579/91 anexado ao Projeto de Lei 393/91, por tratarem de matéria semelhante, como dispõe o art. 121 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Ambos os Projetos de Lei têm intenção semelhante, pois tratam de redução ou isenção do pagamento da tarifa de água e luz aos aposentados e desempregados.

Somos da opinião de serem discutidos e votados conjuntamente, por força do disposto no artigo 121 do Regimento Interno desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 439

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUEREM seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor

Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando-lhe urgente reforma na Cadeia Pública de Laranjeiras do Sul, com particular atenção à construção de alas especiais para senhoras e para menores.

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO
PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Em visita à Cadeia Pública de Laranjeiras do Sul, no dia 06 (seis) do corrente mês, em companhia dos Senhores Deputados Ovídio Constantino e Pedro Tonelli; dos Promotores de Justiça daquela cidade, Doutor Divonsir e Doutor Nivaldo, pudemos constatar as péssimas condições da referida cadeia que, além da deterioração do prédio, não possui ala especial nem sanitários para senhoras e para menores, o que é lamentável numa casa correcional onde se confinam reclusos de costumes degradados e de alta periculosidade.

Urge, portanto, que se proceda à construção dessa cadeia pública, em atenção à segurança da sociedade local e circunvizinha.

REQUERIMENTO Nº 447

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após manifestação unânime deste Plenário, REQUEREM seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETTO, solicitação para imediata retomada das obras de construção da ponte de Guaíra, que ligue os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(aa) PAULO MAIA, LUIZ CARLOS MARTINS, OVÍDIO CONSTANTINO, PLAUTO MIRO GUIMARÃES, ERONDY SILVERIO, CARLOS SIMÕES, CEZAR SILVESTRI, TADEU LÚCIO MACHADO, JOÃO PREIS, ADEMAR TRAIANO, ROSSONI, SEVERINO FÉLIX, DOUTOR ROSINHA, TOTI COLAÇO, ANTONIO ANNIBELLI, EDSON SILVA LINO, ERNANI PUDELL, ANIBAL KHURY, JOÃO ARRUDA, JOSE ARTHUR RITTI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, DOMINGOS CARVALHO, ORLANDO PESSUTI, DALTON MACHUCA, ARLINDO TROIAN, NEIVO BERALDIN, EMÍLIA BELINATI e EURIDES MOURA.

JUSTIFICATIVA:

A ponte ligando Paraná e Mato Grosso do Sul é incontestável fator de desenvolvimento para os dois Estados. Sua construção será determinante de maior celeridade na circulação de riquezas, da expansão das fronteiras econômicas do Paraná e de maior aproximação dos setores produtivos, principalmente os agropecuários e agroindustrial, efetivos geradores de emprego e de riquezas.

No momento político em que o exercício

do Ministério do Transportes cabe a um paranaense, conhecedor do potencial econômico da obra, da sua importância para a região e, principalmente, do enorme retorno em desenvolvimento a ser gerado - incomensuravelmente maior do que todo o investimento a ser efetuado - é necessário e justo que toda a comunidade política se mobilize para a retomada das obras da ponte que liga o Paraná ao Mato Grosso do Sul.

REQUERIMENTO Nº 434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heron Arzuza, Digníssimo Secretário de Estado das Finanças, solicitando que seja incluído na relação das mercadorias que tiveram a base de cálculo do ICMS reduzida para 7% (sete por cento) do valor da operação (Decreto nº 1.067, de 08.01.92), o fermento, haja vista a inclusão deste no preparo de alimentos básicos como pães, massas e outros.

A medida proposta contribuirá para a queda de preços de diversos produtos alimentícios, inclusive aqueles que compõem a cesta básica, o que beneficiará sobremaneira a população do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARAES

REQUERIMENTO Nº 441

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja remetido expediente ao Tribunal de Justiça de São Paulo e Supremo Tribunal Federal, contendo o apoio desta Assembleia Legislativa à decisão da Frente Nacional de Prefeitos, no sentido de aplicação da Constituição Federal, que permite a progressividade do IPTU.

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Na atual discussão sobre o IPTU progressivo, vemos dois grupos distintos. De um lado os velhos liberais, travestidos de neoliberais, que produziram e defendem, para o Brasil, a mais injusta distribuição de renda do mundo, e um sistema tributário extremamente regressivo: um humilde assalariado paga, proporcionalmente, mais imposto (cerca de 30%) do que grandes rentistas e proprietários (até 5%). São posições contrárias a qualquer progresso social. Merecem nossas críticas e firme combate político.

Por outro lado, temos os progressistas

envergonhados, que também não gostam de pagar impostos, mas posam olímpicamente como defensores da justiça tributária, da progressividade das alíquotas e mesmo do imposto sobre a riqueza. Esses falsos progressistas se desmascaram quando se trata destas questões concretamente, como no caso, o IPTU progressivo.

Argumentam que, em momentos de crise econômica não se deve aumentar impostos. Isto é até possível para o Governo Federal, que emite moeda, endivida-se e, como se não bastasse, pode se recusar a pagar seus compromissos, como no caso dos aposentados. Os Governos Estaduais, de um modo geral, também não pagam suas dívidas com o Governo Federal. Rolam débitos, devem ao FGTS, ao INSS, produzem "déficits" monumentais e bancos estaduais tecnicamente falidos. Isso já é quase impossível para um Governo Municipal, mesmo do porte de São Paulo, que tem enormes dificuldades de acesso aos financiamentos federais. Aumentam as demandas sociais e o poder público municipal só conta com suas receitas através da maior arrecadação do IPTU.

Ao se taxar progressivamente o IPTU, se estará aplicando o artigo 156, inciso I, § 1º da Constituição Federal, que diz:

"Art. 156 - Compete aos municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

(...)

§ 1º - O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade." (grifos nossos).

Ainda no artigo 145, em seu § 1º, afirma:

"Art. 145 - ...

§ 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultada à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio e as atividades econômicas do contribuinte." (grifos nossos)

Falar em excesso de recursos, ou de inchaço da máquina administrativa, conhecendo-se as carências da maioria da população, é defender a justiça social de modo abstrato. Nos países desenvolvidos, quem pode mais, paga mais. Caso vivesse no Brasil hoje, Al Capone continuaria solto e muito bem acompanhado.

(A presente justificativa foi baseada num texto do Secretário de Finanças do Estado de São Paulo).

REQUERIMENTO Nº 446

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Ministro da Saúde, no sentido de solicitar a doação de um gabinete odontológico para ser instalado no Distrito de Cafezal, em Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal e aos Vereadores Antônio Vicente do Carmo e Moysés Mendes Sanches.

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Cafezal, hoje distrito do Município de Iporã, com uma população na ordem de 2.690 habitantes e após janeiro de 1993, município de Cafezal do Sul, com uma população na ordem de 5.685 habitantes, não dispõe, por incrível que possa parecer, de um gabinete odontológico em seu Posto de Saúde, equipamento indispensável quanto necessário para um atendimento digno e decente à população local na área da saúde pública.

Em razão deste fato, sugerimos ao Ministério da Saúde as providências que se fizerem necessárias, com o fim de vir a ser procedida a doação de um equipamento odontológico completo, a ser instalado no Posto de Saúde local, fazendo assim, com que se retorne ao Distrito um pouco do muito que tem contribuído com a grandeza e prosperidade do País.

REQUERIMENTO Nº 452

Senhor Presidente.

Os Deputados integrantes do Bloco Parlamentar Agropecuário, que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, por iniciativa do Deputado Cezar Silvestri, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, solicitando posicionamento de defesa e empenho político do Governo Federal, no sentido de que seja aprovado pelo Conselho Federal de Política Fazendária - CONFAZ, a redução, por tempo determinado, da alíquota de ICMS, de 13% para 7%, relativa às exportações do excedente da safra de milho, referentes ao biênio 1991/1992.

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Cleiton Kielse, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Cezar Silvestri, Domingos Carvalho, Rossoni, Ovídio Constantino, Eurides Moura, Toti Colação, Edson Silva Lino, Severino Félix, Arlindo Troian, Costenaro Neto, Duílio Genari, João Arruda, Albino Corazza, Basílio Zanusso, Geraldo Cartário, Eurides Moura, Colombi-

no Grassano, Mário Bezerra, Renato Adur.

JUSTIFICATIVA:

Apesar de terem sido colhidos apenas 40% da safra de milho do Paraná, as cooperativas e analistas, prevêm que a produção será das maiores.

Estima-se que no Brasil, a produção deverá chegar a cerca de 29,133 milhões de toneladas, saturando totalmente o mercado interno, obrigando os produtores a vender seus produtos abaixo do preço mínimo, que embora no mês de abril seja de Cr\$ 12.500,00, já vêm sendo praticados a Cr\$ 10.000,00, no máximo, por saca.

Dessa forma, segundo as previsões, o excedente, que no Paraná, deverá ser de 4 a 5 milhões de toneladas, terá como única saída a exportação.

Entretanto, os produtores, para embarcar seus produtos no porto, pagam 13% de ICMS, o que inviabiliza a comercialização no mercado externo, por falta de competitividade de preços.

Assim, o que se propõe, é o posicionamento de defesa e o empenho político do Governo Federal, junto ao Conselho Federal de Política Fazendária, no sentido de reduzir, por tempo determinado, a alíquota para 7%, tornando viável, dessa forma, a comercialização no exterior, em igualdade de condições com os demais produtores.

REQUERIMENTO Nº 453

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, muito respeitosamente à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, REQUERER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando transformação da gratificação de 45% e 35% destinadas aos Diretores de Escolas em GRATIFICAÇÃO DE GABINETE e que a mesma seja retroativa ao mês de Janeiro/1992.

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 442

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, baseados no artigo 55 da Constituição do Estado, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Administração, Senhor Luiz Gastão Franco de Carvalho e ao Presidente do Instituto de Previdência do Estado, Senhor Jaime Ricardo Paciornick, pedindo as seguintes informações:

1 - Qual é a Folha de Pagamento dos Servidores Ativos e Inativos do Estado do Paraná? Discriminar por faixa salarial e natureza do benefício.

a) Discriminar por Poder: Executivo, Legislativo e Judiciário.

2 - Quantos são os servidores contribuintes e quantos os beneficiários do Instituto de Previdência do Estado? Obedecendo a discriminação anterior.

3 - O projeto do Governo criando o Sistema de Previdência dos Servidores do Estado do Paraná faz uma alusão muito superficial ao atual IPE. Clarear qual será o destino do IPE, na nova proposta.

4 - Quanto significa hoje, os gastos do IPE com Assistência Médica?

5 - Há denúncias de que a dívida do Estado para com o IPE chega atualmente a 400 milhões de dólares. Como o IPE, apesar dessa dívida, tem conseguido atingir os objetivos para o qual foi criado? E mais, no caso do Estado saldar tal dívida, qual será o destino a esse recurso?

6 - Em relação ao projeto que tramita na Assembléia sobre a criação do Sistema de Previdência, qual o cálculo efetuado para se chegar à alíquota de 10% para as contribuições?

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A discussão e apreciação sobre a criação de um novo Sistema de Previdência para os servidores do Estado do Paraná, carece de um grande aprofundamento, já que trata-se de matéria de fundamental importância para os servidores públicos.

Desta feita, entendemos que este pedido de informações pode em sua resposta contribuir muito para a tomada de decisão desta Casa, quando tal projeto for colocado em apreciação.

As informações, ora solicitadas, além de clarear e ajudar na compreensão da proposta do Governo, poderão servir como subsídio para debate com os servidores.

Assim, conclamamos os nobres Pares a aprovarem nosso requerimento.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 092/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PALMEIRINHA, situada à Rua Francisco Otaviano, 1750, Vila Palmeirinha, no Município de Ponta Grossa, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PALMEIRINHA, entidade jurídica de direito privado, tem por finalidade: incrementar e promover as atividades sociais e comunitárias, inclusive reivindicando benefícios junto à comunidade e autoridades, através de sugestões visando o bem da coletividade; representar seus associados perante os poderes públicos, buscando soluções e respostas para as demandas e carências observadas; promover ao máximo o aproveitamento e desenvolvimento das potencialidades econômicas, culturais e sociais da comunidade; prestar serviços e benefícios da previdência, saúde, educação, habitação, lazer e abastecimento aos seus associados e respectivas famílias.

Até a presente data, a Associação vem sendo mantida através de contribuições, promoções e eventos, porém, vem encontrando muitas dificuldades na manutenção de seus serviços, face à escassez de recursos, razão pela qual apresentamos o presente projeto de lei que, se aprovado por esta Casa, contribuirá para que a Associação possa desenvolver melhor suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 093/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o ASILO SÃO JOÃO BATISTA, situado à Rua Luiz Quarelli, s/nº, no Município de Tapejara - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O ASILO SÃO JOÃO BATISTA, do Município de Tapejara, tem como objetivo principal, com base na colaboração da comunidade, promover o amparo à velhice abandonada, física e socialmente, procurando integrá-la à sociedade.

Até a presente data, a entidade vem sendo mantida através de contribuições, promoções e eventos, porém, vem encontrando muitas dificuldades na manutenção de seus serviços, face à escassez de recursos, razão pela qual apresentamos o presente projeto de lei que, se aprovado por esta Casa, virá contribuir para que a entidade possa desenvolver melhor suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 094/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Casa da Estudante Universitária de Curitiba", com sede no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A "Casa da Estudante Universitária de Curitiba" é instituição tradicional de nossa Capital, que opera, oferecendo, sem fins lucrativos, estada àquelas estudantes em grau superior, vindas do interior do Estado, como um verdadeiro "Lar em Terra Estranha". Cumpridos os requisitos legais, é legítimo a aspiração à "Casa da Estudante Universitária de Curitiba" à condição de "utilidade pública", merecendo a atenção desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com a ascensão do Senador paranaense Afonso Camargo ao Ministério dos Transportes vemos novas perspectivas para as rodovias federais de nosso Estado.

A Folha de Londrina, da última sexta-feira, traz um artigo dizendo o seguinte, em seu título: "Dívida do DER ameaça a duplicação da BR-376". Diz que ficará a conclusão desta rodovia, tão importante, ligando o Paraná a Santa Catarina, a cerca de 9 bilhões e duzentos milhões de cruzeiros, mas que está ameaçada, isto porque o DER do Estado do Paraná tem um débito para com o DNER de 21 milhões de dólares. Em contrapartida a assessoria do Gabinete do Senhor Diretor do DER diz que o DNER tem uma dívida de 50 milhões de dólares para com o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná.

Nos parece que seria necessário que houvesse um encontro de contas e que o devedor liquidasse os seus débitos. Mas cremos que com a ascensão do ilustre paranaense, Afonso Camargo, ao Ministério dos Transportes teremos dirimidas todas estas dúvidas no que se refere à obras rodoviárias, no Estado do Paraná.

Eu gostaria de fazer uma retrospectiva e voltar há alguns anos atrás, quando o Senador Afonso era Ministro dos Transportes, no Governo Sarney. Prefeito naquela época, formamos uma comitiva de vários Prefeitos do Estado do Paraná reivindicando inclusive, na época, que a BR-396, que corta o Norte do Paraná, fosse restaurada

e que ali se fizesse 4 pistas de rolamento. Com a colaboração e com a inteligência daquele Ministro, nós tivemos aquela obra rodoviária executada em sua gestão como Ministro. Tivemos também o seu trabalho dignificante no que se refere esta estrada importante que liga Curitiba a Ponta Grossa.

E, neste sentido, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, que estamos encaminhando à Mesa, um Requerimento do qual passarei à sua leitura (Lê):

"REQUERIMENTO

SOMULA: Requer formação de Comissão de Parlamentares desta Casa, com representantes de todos os partidos para reivindicar pessoalmente junto ao Ministro dos Transportes e Comunicação, Affonso Camargo.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, formação de comissão composta por Deputados desta Assembléia, com a participação de todos os partidos para audiência com o Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes e Comunicação, Affonso Camargo, cumprimentando e reivindicando liberação de recursos para a conclusão, recuperação e investimentos necessários nas rodovias e ferrovias federais em nosso Estado.

Outrossim, solicita ainda que seja convidado o Governador Roberto Requião, e o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Anibal Khury, faça parte desta comissão, demonstrando assim que o Poder Executivo, unido ao Poder Legislativo estão atentos nas ações do Ministro paranaense em relação ao seu Estado natal.

Sala das Sessões, em 13.04.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Com um orçamento de Cr\$ 23 trilhões, a maior parte para investimentos, o Ministro Afonso Camargo, profundo conhecedor das dificuldades de nosso Estado, certamente poderá investir em obras tão necessárias ao Estado de maior produção em grãos do País.

As dificuldades de transporte da safra paranaense poderão ser minimizadas gradativamente se executarmos unidos, Poder Executivo e Legislativo, a sensibilização do Ministro para a oportunidade ímpar que se apresenta.

Entendemos que com a participação de todos os partidos, liderados pelo Governador e pelo Presidente desta Casa, que além de sua força política, é do mesmo partido do novo Ministro, estaremos demonstrando ao povo do Paraná, que os homens públicos deste Estado estão sempre atentos e preocupados com o bem estar da população, independente de sigla partidária."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

O Vice-Presidente da Assembleia Legislativa e Vice-Prefeito da Cidade de Curitiba está exercendo hoje o mandato de Prefeito, dizendo que foi ao sacrifício. E nós perguntamos qual é o sacrifício? Se é o de administrar Curitiba, ou do sonho pessoal de tornar-se Prefeito de Curitiba, ou o sacrifício do sofrimento de ver fora da corrida para a Prefeitura de Curitiba? Diz o Vice-Prefeito que obrigatoriamente ele tinha que assumir, porque se não a cidade viraria uma bagunça; uma vez que na ordem sucessória assumiria o Vereador Silvío Miranda, do Partido dos Trabalhadores. É um grande desrespeito do Vice-Presidente da Assembleia e Vice-Prefeito de Curitiba colocar como que o Partido dos Trabalhadores sendo irresponsável e não sabendo administrar. Diz o Prefeito em exercício que nesses dez dias poderia arranhar a imagem pública do titular Jaime Lerner. Para se arranhar a imagem pública de um Prefeito somente é possível numa situação, quando as obras não são obras e sim verniz em cima de sujeira; e nós entendemos que existe muito verniz por cima de muita sujeira, que por isso ele foi para o sacrifício, para encobrir essa sujeira. Inclusive quando a gente fala sobre sacrifício, dias desses, Algaci chegou a insinuar que mudaria de partido, saindo do PDT para ser candidato a Prefeito, caso não conseguisse ser indicado pelo PDT.

E agora assume como Prefeito, o que significa que ele não seria indicado pelo PDT. Não é um sacrifício, é, simplesmente, por alguma troca, provável de favor no qual faz ele assumir, impedindo que, democraticamente, se assuma na ordem cronológica dos fatos, o Vereador Silvío Miranda.

O Senhor Prefeito Jaime Lerner, desrespeitando a Lei Orgânica do Município, e as Leis do nosso País, antes de viajar indica um Secretário para assumir a Prefeitura. Na ordem sucessória nunca vi Secretário virando Prefeito, a não ser desrespeitando Leis. E foi o que o Senhor Jaime Lerner tentou fazer passando mais um verniz, querendo criar um fato legal em cima da ilegalidade, indicando esse Secretário.

O Partido dos Trabalhadores entrou com uma cautelar na Justiça para evitar que o Senhor Secretário Nereu Teixeira, fosse avante, assumindo a administração pública de Curitiba. Antes que essa cautelar fosse julgada o Senhor Vice-Prefeito resolveu assumir, porque nós tínhamos e eles também têm, absoluta certeza, que seriam derrotados nessa questão. O que nós cobramos é

que quem diz que é democrático assuma a democracia e exerça, não ficando somente no discurso.

O que nós cobramos é que quem tem a função de Vice-Prefeito tem que assumir o papel de Vice-Prefeito de uma cidade que é a capital e não um papel de querer fugir das responsabilidades, querendo fugir da responsabilidade jogando a culpa dizendo que em onze dias o administrador que assumiria no lugar bagunçaria a administração pública. E mentir para a opinião pública como tentou fazer a atual administração.

Nós cobramos que democracia se dê na prática. Se existe Prefeito, na ausência do Prefeito, assuma o Senhor Vice-Prefeito e na ausência dele os respectivos responsáveis na ordem cronológica como o Presidente da Câmara de Vereadores e assim por diante. E não vem com discurso de que vai assumir para evitar bagunça... não teria bagunça nenhuma, mas sim, tiraríamos o verniz da administração que hoje tem em Curitiba, mostrando, o máximo possível em onze dias da realidade curitibana e do que ocorre na administração municipal de Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Nós ouvimos com atenção as palavras do nobre Deputado Eurides Moura, bem como o requerimento que ele encaminha à Mesa, propondo a formação de uma Comissão de Senhores Deputados em conjunto com o Governador do Estado e com o Presidente da Assembleia Legislativa, para tentar uma audiência com o Ministro Affonso Camargo Neto, a fim de reivindicar melhoria para as rodovias paranaenses.

É evidente que nós só temos que prestigiar e apoiar um requerimento dessa natureza, porque é um requerimento que diz, que consulta os interesses da gente paranaense e nós sabemos que as rodovias do Estado - quicã de todo o País, estão em situação lamentável e lastimável. É evidente que um requerimento nesse sentido leva o nosso apoio. Entretanto nós queremos dizer que não temos muita esperança na gestão do Senhor Affonso Camargo Neto como Ministro dos Transportes, porque se na primeira gestão à frente do mesmo Ministério ele fez algumas obras, neste ele já impôs uma condicional.

Ontem a imprensa, inclusive a nacional, diz que o Ministro propõe um aumento de tributos para que possa melhorar as condições das estradas brasileiras. Ora, com dinheiro qualquer um é Ministro! O que

queremos ver é o sentido de iniciativa do atual Ministro. Querer escorchar mais uma vez o contribuinte brasileiro, isto não concordamos. Absolutamente! O povo não suporta mais a carga tributária que tem sobre suas costas. Todos sabemos que o Brasil é um dos países que mais se paga impostos em todo o mundo. E agora vem o novo Ministro dos Transportes propor a recriação do Fundo Rodoviário Nacional...

E mais um sacrifício que se impõe ao povo brasileiro.

E ainda se o dinheiro tivesse uma destinação útil, ainda concordaríamos. Mas o que aconteceu com as Taxas Rodoviárias? O que aconteceu com o Selo Pedágio? O que aconteceu com inúmeras verbas que foram destinadas ao Ministério dos Transportes? Absolutamente nada. Serviram apenas para enriquecer mais os empresários, para enriquecer mais os empreiteiros e aumentar mais a corrupção neste País.

Portanto, foi de uma extrema infelicidade o Ministro Affonso Camargo Neto, ao estrear, pedindo já, em sua gestão naquele Ministério, uma elevação de tributos. É uma coisa que não podemos aceitar. Protestamos em nome do povo, não só paranaense como brasileiro que, repito, não suporta mais a imensa carga tributária que lhe pesa sobre os ombros.

O que queremos do Ministro é a engenhosidade. Queremos a iniciativa. O que queremos do Ministro é, acima de tudo, o bom manuseio das verbas públicas. O próprio Deputado Eurides Moura disse que o orçamento do Ministério dos Transportes é uma fábula. São quase 25 trilhões de cruzeiros. Para que mais dinheiro? Para enriquecer os empreiteiros? Para aumentar a corrupção no Governo?

Com estas coisas é que o povo brasileiro não concorda e não acredita mais na classe política exatamente por isto. Que venha um Ministro, oriundo da classe política, Senador que é, e a primeira fala, a primeira reivindicação que faz, ao assumir o Ministério, é o aumento de tributos. Se ele nem tomou conhecimento da situação de sua Pasta. Se ele nem sabe as verbas que são destinadas no orçamento da União para o Ministério dos Transportes. Porque o Ministério dos Transportes foi recém-criado agora. Ele foi desmembrado do Ministério da Infra-Estrutura. Se ele não conhece ainda a infra-estrutura de seu Ministério. Se ele não conhece ainda as verbas que serão destinadas ao Ministério dos Transportes, dentro do contexto geral da administração do extinto Ministério da Infra-Estrutura. Como ele já vem pedir à Nação Brasileira, um aumento de impostos? Um aumento de tributos? Como se o povo fosse burro de carga, ou besta de cangalha do Governo Federal.

Não podemos concordar com isto e fica aqui o nosso protesto em nome do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acabamos de pedir o apoio em nome de todos os Deputados desta Casa a um requerimento onde tivemos a expressão maciça de todos os Parlamentares, requerendo ao Ministério dos Transportes a imediata retomada das obras da ponte que liga os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Assim procedemos sabendo que S.Exa., o Sr. Ministro dos Transportes, é um paranaense que esteve envolvido nos problemas que atingem o Estado do Paraná e também por diversas vezes demonstrou preocupação em relação àquela ponte que cria uma novela muito grande de sua construção. Demonstrou uma preocupação com a efetivação, com a conclusão daquela obra.

Apresentamos nesta Casa e vai assinado por todos os Deputados em nome das bancadas aqui no Paraná.

Estamos apresentando também à Casa e peço permissão aos nobres Parlamentares para que observem o conteúdo deste nosso projeto de lei que estabelece critérios, visto ser uma polêmica muito grande quando da saída do Governador ou de qualquer autoridade referente ou dentro do mesmo escalão do Estado do Paraná para o exterior sempre gera, em termos de sociedade, uma polêmica a respeito de custos, a respeito da comitiva que acompanha o Governador e assim por diante.

Nós estamos apresentando projeto de lei à Casa que acredito que vai colocar às claras e até que seja de intenção do próprio Governador, levar este tipo de informação à sociedade paranaense.

Diz (Lê):

"Artigo 1º - As solicitações de autorização para viagens do Governador ou Vice-Governador a países estrangeiros, determinando ausência do País por mais de 15 dias, deverão obedecer aos critérios estabelecidos na presente Lei.

Artigo 2º - A mensagem do Poder Executivo estadual solicitando autorização para Governador ou Vice-Governador se ausentarem do País por mais de 15 dias em viagem a países estrangeiros, deverá chegar na Assembléia Legislativa, pelo menos 45 dias antes da data prevista para o início da viagem.

Artigo 3º - A mensagem deverá informar:

I - países e localidades a serem visitados;

- II - período de duração da viagem;
- III - período de estada em cada País e localidade;
- IV - objetivo da visita a cada País e localidade;
- V - nome, número de Registro Geral, cargo e função pública exercida pelos integrantes da comitiva;
- VI - função e objetivos de cada integrante da comitiva, detentor de cargo ou função pública durante a viagem;
- VII - relação dos integrantes da comitiva que não detêm cargo ou função pública, indicando os motivos e objetivos de sua inserção no grupo;
- VIII - previsão discriminada, e por integrante da comitiva, de gastos do dinheiro público, incluindo Governador ou Vice-Governador e integrantes que não detêm cargo ou função pública, destacando os gastos com passagens, estada, diárias e ajuda de custo;
- IX - indicação da fonte orçamentária de tais gastos.

Artigo 4º - No prazo máximo de 20 dias após o retorno de sua viagem, o Governador ou Vice-Governador, enviará à Assembleia Legislativa um relatório escrito, indicando:

- I - eventuais alterações de trajeto, programa ou duração, inicialmente planejado, com a devida justificativa;
- II - gastos, efetivamente havidos, do dinheiro público com cada um dos integrantes da comitiva, inclusive Governador, Vice-Governador e pessoas não detentoras de cargo ou função pública;
- III - resultados das visitas e contatos efetuados em cada País e localidade, instruído com cópia dos Acordos, Protocolos, Cartas de Intenções, Contratos, ou de quaisquer atos bilaterais convencionados nos países estrangeiros e suas localidades.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.92.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

As viagens das autoridades político-administrativas devem atender tão somente ao interesse público, como parte de sua função estatuída nos diplomas legais competentes. A sociedade civil, por sua vez, merece o devido respeito de transparência de saber como são aplicados os recursos oriundos do pagamento dos impostos nessas incursões para além do controle local. O presente Projeto de Lei busca conferir, em favor da sociedade civil e também em favor das autoridades político-administrativas -

tendo em vista que estas últimas, cada vez que realizam viagens, são acusadas de malversação do dinheiro público - a transparência e o controle devidos nestes casos, indicando, já na mensagem que solicita autorização para a viagem, os seus principais aspectos relacionados ao motivo de sua realização, objetivos, duração e gastos."

Isto vai representar, sem dúvida, uma transparência maior ainda do Governo do Estado e das respectivas comissões quando em missão ao exterior em nome do Paraná. Temos certeza de que esta Casa há de aprovar tal projeto e, da mesma forma, será sancionado pelo Governo do Estado.

Era só, Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há dois lados nesta Nação que nós temos que respeitar. Uns querem o plebiscito para a pena de morte neste País e outros não aceitam o plebiscito para a pena de morte neste País.

Tenho escrito, dialogado, debatido no meu programa de televisão e neste Plenário que há necessidade de repensarmos a Constituição Brasileira, o Código Penal Brasileiro, a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Federal. E muita polícia num País para tanta violência e tanto descalabro.

Pasmem os Senhores Deputados, que domingo a minha equipe de jornalismo foi até Guaratuba, uma das praias mais lindas do litoral do Estado do Paraná.

Chegamos em Guaratuba e fomos ver de perto a criança que estava desaparecida há uma semana. Pensávamos que quando chegassemos ao local, iríamos ver a criança inteira, morta e naturalmente o Instituto de Criminalística ou a quem de direito pegasse o corpo, levasse para o IML.

Qual foi o espanto, Senhores Deputados, Senhora Deputada Emília que é mãe, Senhores Pais que estão neste parlamento.

O espanto foi tão grande que causou revolta. Eu sei que a polícia não tem uma bola de cristal para adivinhar quem é o assassino ou os assassinos ou a máfia de órgãos, que está instalada no Paraná.

Chegamos ao local e vimos ali o corpo. A cabeça da criança raspada. As mãos serradas, as duas. Os pés, todos os dedos serrados e serraram o tórax da criança. Levaram o coração, os rins, o fígado, todos os órgãos que tinha dentro do corpo da criança.

A minha equipe se dirigiu a Paranaguá.

Foi conversar com um dos médicos legistas de Paranaguá. O médico disse não quero dar entrevista, nós vamos encaminhar a criança para Curitiba, mas digo a você, ao meu repórter, o homem que fez isto é especialista. É um especialista em matar, em cortar, em retirar os órgãos.

Esta criança foi seqüestrada, mataram com um único objetivo, Senhores deste parlamento, roubar o coração, roubar os rins e o fígado, roubar os órgãos que estavam dentro do corpo dessa criança.

Estamos aguardando agora o resultado da Capital do Estado.

Agora eu pergunto aos Senhores: não dá medo?

Eu tenho um filho de nove anos. Quantos dos Senhores têm filhos?

Quem está por trás desse seqüestro de Guaratuba? Quem está por trás desse assassinato dessa criança? Quem está por trás desse crime hediondo que rasga, violenta física e moralmente o direito da família desta infeliz criança estupidamente assassinada? Quem está por trás?

Eu sei que a polícia não tem uma bola de cristal para adivinhar. Não adianta eu vir aqui criticar a polícia, não adianta eu criticar quem quer que seja.

Alguma coisa tem que ser feita, meu Deus do Céu! Alguma coisa tem que ser feita nesta Constituição Brasileira. Alguma coisa tem que ser feita, Senhor Presidente, Senhoras Mães, no Código Penal Brasileiro. São crimes hediondos, crimes que rasgam o ventre das mães brasileiras do Estado do Paraná e ninguém faz nada.

Prende-se, ficam na Penitenciária, comendo a comida que é paga com os impostos do povo do Paraná, tomam o café da manhã, almoçam, tomam o café da tarde, jantam, dormem, jogam baralho, jogam dama, tomam sol e não produzem nada, nada de concreto para o Estado ou o município ou a Nação brasileira.

Senhores, se não querem a pena de morte neste País, vamos repensar o Código Penal Brasileiro. Vamos repensar a Constituição Brasileira, vamos repensar as polícias, vamos repensar em tudo, porque está na hora de se acabar com a impunidade, está na hora de se acabar com tantos crimes malditos e violentos que continuam aterrorizando a mãe negra ou a mãe branca, continuam aterrorizando qualquer cor, qualquer credo, qualquer raça.

Alguma coisa, pelo amor de Deus, tem que ser feita neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Toti Colação com a palavra.

O SR. TOTI COLAÇÃO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Acompanhei atentamente o pronunciamento de Eurides Moura, Erondy Silvério, Luiz Carlos Alborghetti. O Deputado Luiz Carlos Alborghetti trazendo sempre a nossa Casa assuntos e denúncias da mais alta gravidade neste Estado. Eurides Moura com o Requerimento solicitando uma Comissão Especial para que Parlamentares desta Casa de Leis se dirijam à Brasília para cumprir o novo Ministro dos Transportes em nosso País. E a preocupação também do Deputado Erondy Silvério com relação ao Senador Affonso Camargo Netto.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nestas últimas semanas o nosso País, a imprensa toda e o povo vem acompanhando de perto o desenrolar de peça por peça do que vem acontecendo em Brasília. A demissão em massa de praticamente todos os Ministros. As negociações, a aproximação, o diálogo, a conversa dos líderes políticos deste País representando Sua Excelência o Senhor Presidente, procurando aproximar a classe política do Governo da República.

O que me chama a atenção, Senhores Parlamentares é que durante a campanha desencadeada dentro do nosso País nós vivemos e vimos pela televisão, pela imprensa de que na época o candidato à Presidência da República não queria acerto, não queria aconchavos com a classe política deste País.

Levou uma imagem ao povo brasileiro de que os políticos nada tinham acrescentado dentro da nossa Pátria, dentro do território do nosso País. Passado alguns anos, dois anos, vemos exatamente o contrário. A classe política é chamada a fazer parte do Governo e o Presidente da República procurando de todas as formas, líderes de todos os Partidos para fazer parte da sua máquina administrativa.

E neste quadro todo quando o discurso de campanha já não tem mais valor e na prática é exatamente o contrário, é aquilo que se pratica, que nós vivenciamos no dia a dia. Bate-se uma vez mais nas portas do Estado do Paraná.

Já tivemos representantes nossos, ou representante nosso que por omissão ou por incompetência já foi afastado de um Ministério. Eu comentava aqui num aparte alguns meses atrás achando e ficando triste até porque era o nome do Paraná que estava em jogo com a história das bicicletas, das mochilas e tantas outras coisas mais. Já temos um novo Ministro que está lá, Deputado Reinhold Stephanes, e hoje foi convocado mais um Ministro do Estado do Paraná, um homem público que há muito tempo, décadas e décadas vem fazendo parte dos Governos estaduais e federais.

Eu quero me associar nos cumprimentos, nos parabéns ao Ministro Affonso Alves de

Camargo Netto, porque está representando o povo do Estado do Paraná, a dignidade. Mas ao mesmo tempo que com o cumprimento o parabenizo em nome do povo do Paraná, também devo deixar registrado aqui nesta tribuna, através desta tribuna, a minha preocupação, porque particularmente é um filme que eu já assisti, é uma novela que já passou pela minha cabeça.

Já tivemos a frente do Ministério dos Transportes o Senador Affonso Alves de Camargo Netto. Eu estive pessoalmente lá, como Presidente da Microrregião 17 e com mais três Prefeitos, diversas vezes quando ele ainda era Ministro, implorando, pedindo, se humilhando para que ele atendesse a região centro sul do Estado do Paraná, para que ele detonasse a conclusão da obra da BR-153 paralisada de Ventania a Irati já por décadas.

Não foi uma vez, meus prezados Parlamentares, que estive lá como Prefeito na época, acompanhado de Deputados e dos Prefeitos da minha região. Eu fazia o comentário no sábado, nas emissoras de rádio da minha região, quando falávamos da assunção do Senador Affonso a Ministro dos Transportes, eu fazia o comentário: "É o filme que já vimos, é a novela que já assistimos".

O Paraná está de parabéns, mas eu quero deixar registrado aqui uma vez mais, a minha preocupação, porque através do Governo Federal, através dos Ministros que lá já passaram, inclusive o próprio, não se encontra um prego na minha região, não se encontra um palmo de asfalto construído na minha região. O trecho que liga Irati a Imbituva, que faz parte da BR-153, 28 km apenas. Está lá há muito tempo.

Eu espero, eu torço, eu desejo que o Ministro Affonso Camargo Netto, desta vez não traia o povo de Irati e do centro-sul do Estado do Paraná, porque quando foi candidato a Senador, passou uma vez por lá somente, e nós fizemos a campanha dele e do Senador José Richa, sem um tostão, sem gastar nada, nem papel e em troca, já quase que no fim de mandato, não encontramos nenhuma obra, um prego, uma lata de tinta...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os tímpanos).

O SR. TOTI COLAÇO - Uso o horário da Liderança, Senhor Presidente.

... absolutamente nada do Governo Federal.

Então fica aqui portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o desejo nosso, do centro-sul do Estado do Paraná, dos sulistas, para que desta vez este homem possa nos atender realmente. Vou enviar um telex, vou enviar um ofício, vou continuar insistindo, mas ao mesmo tempo,

vou exigir, pelo menos é um direito meu de exigir, como paranaense e como representante da região centro-sul do nosso Estado, para que ele realmente, pelo menos neste segundo tempo, neste seu segundo mandato, ele possa realmente fazer jus ao apoio que teve, ao longo da vida, na minha região.

Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu gostaria, em primeiro lugar de agradecer à Presidência desta Casa e a todos os Senhores Deputados aqui presentes, que, dentro de instantes, estaremos podendo ouvir o Prefeito Luiz Chemin, o mesmo Prefeito que eu vos falei na quinta-feira, um Prefeito que tem o apoio de sua população, um Prefeito que não está tendo a consideração que merece, um Prefeito que está sendo discriminado por ter ajudado a por ajudar o povo de sua cidade.

Portanto, eu gostaria que cada um dos Senhores refletissem, tirassem as suas conclusões, e que esse Prefeito que é considerado o melhor Prefeito de Guaraqueçaba de todos os tempos, desde a época do seu descobrimento, venha aqui e possa mostrar a todos os Senhores que estão acostumados com o povo, o que é realmente a voz do povo, a voz das pessoas de mãos calejadas, a voz de pessoas que trabalham de sol a sol.

Passo agora neste instante a tribuna ao Prefeito de Guaraqueçaba, Luiz Chemin.

O SR. LUIZ CHEMIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou aqui nesta tribuna a convite do Deputado Fregonese para expor o que realmente aconteceu no meu município.

Como é do conhecimento de todos os Senhores eu sou Prefeito do 5º município em tamanho do Estado do Paraná, 97% dele é coberto pela Mata Atlântica. Nós só temos 3% de área descoberta. Nós sofremos o maior número de legislação proibitiva que possa existir na face da terra. Guaraqueçaba sofre com isso.

Agora, eu quero lembrar que lá, antes de virem estas legislações, existia gente e que lá estão até hoje, em número menor porque não agüentaram e saíram, fazendo parte hoje de favelas de Curitiba, de Paranaguá. Algumas pessoas que tiveram sucesso estão exercendo alguma profissão.

Eu quero dizer aos Senhores que essa ligação feita na localidade de Santa Maria e Batuva, com apenas 3 quilômetros, não

teve nada de agressão à Mata Atlântica ou desmate. Não teve nada disso, Senhores.

Convido que esta Casa faça uma comissão e mande "in loco" verificar, quero ter o prazer de mostrar que, na realidade não aconteceu nada disso. Lá existem famílias na quarta geração. Na quarta geração, então, os Senhores podem calcular que já tem mais de 200 anos.

Todo o povo que entrou em Guaraqueçaba pelo Planalto, via Cananéias usou esta estrada. Então esta pequena ilha, esta estrada existe há mais de 200 anos. O povo fez uma cota de mandaram abrir estradas e foram penalizados. Eu mesmo recebi uma multa de 4 milhões de cruzeiros, pessoa física. Porque disseram que fui eu quem abri. Não fui. Apóio a estrada porque conheço a necessidade daquele povo. Apóio a estrada!

Posso garantir aos Senhores que esta estrada mais hoje ou amanhã ela vai ter que ser aberta definitivamente. Porque é por ali que vai entrar o progresso para grande parte do litoral para que se mantenha intacta toda a Floresta Atlântica. Por quê? Nós fomos sobreviver na região por meio do turismo. Como fazer turismo se não temos estradas? Então mais hoje ou amanhã esta estrada terá que ser aberta.

Porque não diminuirmos o sacrifício desse povo o quanto antes possível?

Muitos falam: "É, a 101". Mas que fosse. Porque nós políticos, eu sou político, sou Prefeito, e os Senhores, Deputados, devemos defender vidas. Se defendemos vidas, temos que fazer o quê? Temos que ver onde estão pessoas e por quê? Nós temos uma estrada aqui chamada o "corredor da morte", a Serra do Cadeado, temos a Barra do Azeite, temos este trecho até a divisa de São Paulo, com trecho perigosíssimo. Se a 101 viesse, tudo isso acabava. Quantas vidas seriam poupadas, quanta economia para o País.

Então, aqui eu quero deixar um pedido para esta Casa: se for o caso, façam uma comissão, eu terei o maior prazer de "in loco" mostrar o que lá foi feito. E vai ser bem o contrário do que muitos ecologistas pregam, de que foi devastada uma parte da Mata Atlântica ou foi o impacto ambiental, ou foi feito isso ou aquilo.

Quero deixar claro aos Senhores: ecologista é aquele povo que está lá, que em 400 anos preservou toda aquela Mata Atlântica e sobreviveu! Usando simplesmente os vales. Então, eu estou aqui neste Plenário para pedir o apoio àquele humilde povo de Guaraqueçaba.

Uma outra coisa, bem rapidinho: faz três anos que eu peço uma condução para a Polícia Civil ou Militar no meu Município. Não tem. Acontece um problema como este, sem importância nenhuma, me aparecem lá

cinco ou seis carros novos, cabines duplas, carregados de soldados, com metralhadoras com escopeta, amedrontando aquele povo. Que é isso?!

Deixo em suas mãos. Lá vou continuar lutando por aquele povo.

Muito obrigado.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Prefeito, só um momentinho. Queria fazer algumas perguntas para ter maior conhecimento da questão, apesar de que fui só uma vez a Guaraqueçaba. Só a conheço. O Senhor estava dizendo, no início, de que 3% da área, hoje, é ocupada para a agropecuária e que houve muita migração de famílias inteiras. Eu não sei, acho que talvez o Senhor não esteja preparado para responder esta pergunta, eu não o condeno, porque às vezes a gente não vem com dados estatísticos. É mais curiosidade, eu não condenarei, se caso o Senhor não tiver na memória, porque a gente, às vezes não os traz.

Mas, eu queria saber se o Senhor tem algum dado, agora, de qual é a quantidade de pequenas propriedades que existem no Município e se houve nos últimos anos, diminuição destas pequenas propriedades e, conseqüentemente, aumento dos latifúndios e quais os principais produtos da agropecuária produzidos no Município e quais são os principais agentes agressores da Mata Atlântica; eu digo se há roubo de madeira, roubo de palmito, roubo de animal. E se há este roubo, quem são os agentes que agredem a Mata Atlântica e o meio ambiente.

O SR. LUIZ CHEMIN - Pois bem, por volta de mais ou menos dez anos passados, começou-se a criação de búfalos, no Município de Antonina, Guaraqueçaba, hoje, tem mais ou menos cinco ou seis fazendas. Aí vieram estas legislações mais pesadas, paralisando tudo e qualquer aumento de pastagem.

Então, fazendas de búfalos não passam de dez. Agricultores, o maior número que temos, hoje, são bananicultores, que inclusive, em Imbatuva, depois que foi feita a estrada, após eu ter cansado de pedir às Secretarias, comprei pela Prefeitura o primeiro caminhão para que se transportassem os produtos produzidos em Guaraqueçaba e Imbatuva. Começamos com uma viagem de bananas, passados cinco meses, hoje, estamos com cinco. Aquela localidade, já com 40 ou 50% estão deixando de ser extrativistas.

O que precisamos lá é de mais técnicos, para que com a menor quantidade de terras, eles possam aproveitar, e produzir mais. E sem agredir o meio ambiente.

Guaraqueçaba é muito rica. Tem mais de 10 mil alqueires de terras de aluvião e vales, que não são Matas Atlânticas. Estas

terras de aluvião, dá de 5,5 a 6,0 de ph. Então, existem bananais produzindo há mais de 10 anos, sem colocar um agrotóxico e nem adubos. Só falta um pouquinho mais de ajuda e um pouquinho mais de compreensão para aquela localidade de Guaraqueçaba que é totalmente diferente do Planalto. Outra pergunta do Senhor é a respeito de onde estão esses agricultores?

O DOUTOR ROSINHA - E agentes agressores da Mata Atlântica, se existe por exemplo: é uma agressão à Mata Atlântica: roubar palmito, roubar madeira, roubar animal, se existe isso e quem são os agentes agressores que cometem isso.

O SR. LUIZ CHEMIN - Existe hoje, o agressor da Mata Atlântica é do conhecimento das repartições estaduais em Fazendas, não sei acobertada por quem; existem máquinas de esteiras trabalhando há mais de seis meses dentro da Mata Atlântica e que não estão sendo barradas. Será essa a pergunta? E o único que está ofendendo hoje a Mata Atlântica.

O DOUTOR ROSINHA - E as máquinas de esteiras estão fazendo o quê?

O SR. LUIZ CHEMIN - Estão fazendo estradas para estrativismo, principalmente do palmito.

O DOUTOR ROSINHA - E o I.T.C.F. já foi comunicado desse fato?

O SR. LUIZ CHEMIN - Apoio eu não sei se dá, mas talvez conhecimento eles tenham.

O SR. NEIVO BERARDIN - Senhor Prefeito Luiz Chemin quero saudá-lo pela sua vinda aqui, sem querer entrar no mérito da estrada porque não conheço exatamente os caminhos que estão sendo feitos nessa estrada, mas saudá-lo como Prefeito de um Município tão importante do Paraná, como é Guaraqueçaba. Guaraqueçaba é o Município de maior área verde nesse Estado. Guaraqueçaba é um Município que não tem acesso pelo asfalto. Guaraqueçaba é um Município que quando visitei, Vossa Excelência Senhor Prefeito me dizia, que quando havia uma emergência na área de saúde, o local mais perto seria Antonina ou Curitiba. Guaraqueçaba que tem mil e poucas famílias que moram, como no Superagui e na região sem água tratada, sem esgoto e que requer aí sim requer um mutirão de urgência do Governo do Estado, se é que temos preocupação com o cólera, se é que temos preocupação com aqueles que não têm condição de avaliar a qualidade que estão vivendo e sim, poderíamos elencar aqui inúmeros

problemas que tem o Município de Guaraqueçaba e que requer a atenção do Governo do Estado e da Assembléia Legislativa.

É importante a sua presença nessa tribuna hoje, porque retrata a Assembléia Legislativa aos nossos Deputados a condição do nosso querido Município Guaraqueçaba.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CHEMIN - Eu quero agradecer aqui ao meu caro Deputado Neivo Berardin e por sua lei dos "Royalties", criou uma luz para Guaraqueçaba e quero deixar aqui para você Neivo, uma notícia. Até o fim do ano, a questão de saúde e educação com a verba que o Senhor nos conseguiu dentro dos "Royalties", saneamos acredito que quase todas as nossas dificuldades. Já nos primeiros meses compramos ambulância, compramos ônibus novos, terminamos o nosso centro cirúrgico, enfim já fizemos muita coisa. Muito obrigado. E quero agradecer também meu caro Deputado Fregonese o qual me convidou para aqui nessa tribuna vir trazer o recado do Guaraqueçabano.

O SR. CLEITON CRISOSTOMO - Prefeito Luiz Chemin, vou fazer uma colocação em seu nome também pela sua preocupação já da interiorização de Antonina o qual estivemos junto com o Governador Roberto Requião, levando os seus pedidos e conseguimos mais de dez implementos agrícolas para o Município de Guaraqueçaba, salientando também a sua preocupação com a eletrificação das ilhas, nós tivemos problemas com a liberação do ITCF e outros órgãos governamentais para melhorar a qualidade de vida dos habitantes das ilhas de Guaraqueçaba, e hoje temos dificuldades de implementar e melhorar a qualidade de vida desse pessoal que fica isolado nas ilhas.

O Senhor sabe que é a nossa preocupação e estamos em cima disso para conseguir melhorar a nossa Prefeitura de Guaraqueçaba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Agradecemos a presença do Prefeito Chemin.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o Senhor Antônio Costenaro Neto, no Horário do PFL.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O PFL faz questão de registrar, nesta Casa, a satisfação que tem, em ver tomando posse hoje, mais um Ministro do Estado do Paraná. Embora não seja do nosso Partido, seja do PTB, temos reconhecido a sua luta, o seu trabalho como homem público, pelo Paraná.

Sabemos que embora alguns companheiros

possam ter registrado descontentamento quando da passagem do Ministro Affonso Camargo, quando ocupou o Ministério, durante um ano e dois meses, três meses, coisa assim, um tempo muito curto no meu entender. Eu ainda não era Deputado, mas vi acontecer uma obra extraordinária, que foi este trecho que liga Campo Largo a Castro, naquela região. Então, eu acho que o Paraná - durante o curto mandato do Senador Affonso como Ministro - teve, trazida por ele, uma obra extraordinária para o Paraná, eu reconheço e o homem do interior viu que era uma obra extraordinária.

Por quê? Porque sabemos que a BR-101 é de vital importância ao Paraná, a São Paulo, a Santa Catarina, ao Rio Grande do Sul, ao Uruguai, Argentina; uma obra de vital importância como esta, está aí, abandonada até hoje. Agora, o Governo está dizendo que vai executar. Nós esperamos que, de fato, execute. E saberemos, pois vamos ter como Ministro, novamente, o Affonso Camargo e, naturalmente, essa obra deverá ser feita desta vez! Eu acredito e espero.

A minha esperança é de que o Senador diz que fazer estradas é uma das melhores coisas. Até concordo, porque acabamos de ver um Prefeito falando de um problema sério, de um trecho pequeno de estrada. E nós sabemos como sofre o povo! Porque na nossa região, no Vale do Ivaí, já sofremos muito por falta de ponte, estrada, foi uma tragédia! E hoje nós vivemos noutro mundo, graças a Deus, e graças ao Governo de Jayme Canet.

Eu não sei se o Canet que aprendeu com o Affonso, mas eu acredito que o Affonso aprendeu com o Canet, porque ele fez estradas em todo o Estado do Paraná!

As rodovias federais estão meio abandonadas, estão paradas e pelo menos eu, como Parlamentar dessa Casa, vou fazer empenho para que todos os Parlamentares assinem documentos pedindo ao Senador Affonso - agora Ministro deste novo Ministério - que foi extinto, mas que voltou novamente a ter a importância que ele sempre teve - para que ele faça uma obra extraordinária para nós, paranaenses, principalmente Maringá até Londrina, faça esta rodovia e aí o Paraná fica totalmente libertado - falta alguns trechos importantes - mas eu falo muito deste porque é um trecho que tem todo o escoamento de Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, para que possa transportar o progresso que vem.

Num dia como ontem, quando estávamos viajando abaixo de chuva, a gente vê a vida, a todo minuto, em risco. Por quê? Porque existe um tráfego muito intenso de caminhões, centenas de milhares de caminhões; e a gente com a vida em risco.

Então, vamos sonhar que o Brasil seja

capaz de fazer uma obra importante como essa para o Paraná e que o nosso Ministro seja capaz de conseguir do Presidente da República. Af seremos os grandes ganhadores, porque mais uma vez - embora cada um tenha uma posição política - mas na verdade é um Paraná ocupando mais um Ministério, e o Paraná - acredito - está numa colocação muito boa junto ao Presidente da República; e o Presidente da República vem dar ao Paraná naturalmente, um presente da votação maciça que ele recebeu aqui.

E falo nisso com tranquilidade, não tenho me manifestado tanto, mas fiz o primeiro turno, o segundo turno da eleição do Presidente da República, lutamos por ele e sonhamos que ele seja capaz de, ao final do seu mandato, seja comprovado como homem que veio para o bem do Brasil. E isso que nós esperamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, a Liderança do PRN.

(Declina).

Com a palavra, a Liderança do PSDB.

(Declina).

Com a palavra, a Liderança do PTB.

(Declina).

Com a palavra, a Liderança do PT.

Com a palavra, o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Voltamos mais uma vez nessa tribuna, para alertar os Senhores Deputados de que mais uma página da procuração que o povo outorgou a Fernando Collor de Mello foi rasgada, foi traída e foi negada. Perdoem-me aqui, se não faço referências elogiosas aos novos Ministros, a exemplo do que faz a imprensa e os políticos conservadores, que hoje ficam a festejar o retorno daqueles que nós esperávamos já estivessem aposentados.

Quero lembrar que dentre um dos pontos principais da proposta de Fernando Collor de Mello, que empolgou as multidões de descamisados nesse País afora, foi exatamente a afirmativa e a promessa de que o passado estava enterrado, estava superado, que não mais voltariam ao Poder aqueles representantes das elites, aqueles que foram criados e guiados pelos tecnocratas da ditadura militar, enquanto os Generais sufocavam com a bota a garganta daqueles que gritavam por liberdade e gritavam por justiça.

Infelizmente, mais uma vez constatamos a profecia aqui por nós dita, quando da demissão coletiva dos Ministros de Fernando Collor de Mello. Dizíamos que isso não passava de uma manobra para acobertar, para desviar a atenção e jogar sob o tapete

a sujeira que estava sendo descoberta no primeiro escalão do Palácio do Planalto, em Brasília.

Deu-se um tiro de canhão que atingiu apenas um passarinho. foi um grande show pirotécnico de "marketing", gastaram-se toneladas de papel neste País centenas de horas na televisão, para discutir o novo Ministério do Presidente Collor de Mello. Assistimos estarecidos o espetáculo da tentativa de cooptação do PSDB, que felizmente, com lucidez, percebeu que estaria trocando o seu programa de Governo, comprometendo a sua imagem político-partidária, a sua doutrina, ao emprestar apoio a um Governo que professa ideologia neoliberal em troca de alguns cargos decorativos; e lá ficaram algumas aves dessas figuras decorativas no Ministério das Relações Exteriores ou de um tal Assuntos Estratégicos que ninguém sabe exatamente para que serve. Mas ficou fundamentalmente como marca desse governo, uma síntese daquilo que foi de pior: a UDN; os regimes militares e o Governo Sarney. Esta é a cara verdadeira do Ministério de Fernando Collor de Mello.

Um Ministério, aliás, que reflete a verdadeira cara do nosso Presidente quando caiu, nesse último ato, trágico, a sua máscara e revelou quem verdadeiramente é aquele filhote da ditadura: que agora paga aos seus antigos aliados o cargo de prefeito biônico que recebeu da Prefeitura de Maceió pelos militares na época da ditadura. Está intacta a política econômica de Fernando Collor de Mello. Intacto está e seguirá avante o desemprego, a fome, a recessão, a desesperança. As verbas sociais, os fundos sociais constituídos com suor, um trabalho do nosso povo estão entregues nas mãos do que existe de pior e mais fisiológico na política deste País.

Senhores Deputados, chega de farsa. O povo está definitivamente cansado. Depois de consumir, de ficar atento durante tantos dias à espera de uma transformação na equipe de governo, do Presidente da República, nós assistimos desanimados um velho filme, como dizia o ilustre Deputado que me antecedeu que nós já sabíamos o final e que nós não gostamos. E alguns ainda, eu vejo aqui mesmo, nesta Casa, professar um certo otimismo, uma esperança de que ao final desse governo será reconhecido pelo povo trabalhador. E eu não duvido que ao final desse governo ele efetivamente venha a ser agraciado com a simpatia popular. Até porque há poucos dias, nós vimos uma senhora que morava numa pocilga em uma fazenda, que comia a comida dos porcos, que criava seus filhos junto com os animais, que nunca recebeu salário na vida, mas que se dizia agradecida, porque, afinal de contas, o seu bom patrão

permitiu que ela morasse naquela pocilga, porque ali havia água encanada.

Não é de duvidar que amanhã o povo cante a possibilidade de ter sobrevivido aos 5 anos do governo Collor de Mello. Mas ficará a responsabilidade na consciência dos homens lúcidos deste País: saberão, todos, que o nosso povo foi traído, foi traído na sua boa fé, na sua ingenuidade, na sua pureza: por um canalha que se transvestiu de "salvador da Pátria", de "protetor dos descamisados", dos fracos, dos pés descalços e que os apunhalou pelas costas. Mas ficará também, Senhores Deputados, registrado na história, a voz daqueles que não gostam de fazer o jogo fácil da bajulação, desses elogios precoces que nós estamos acostumados a fazer aos Ministros do Paraná e que depois saem de Brasília fugindo em bicicletas com mochilas nas costas e com guarda-chuvas.

Vamos com calma Senhores Deputados, com cautela, porque nós temos, por dever de ofício, a obrigação de sermos lúcidos e de enxergarmos a realidade além das aparências. E vamos nos poupar desses elogios fáceis, dessa bajulação que poderá nos comprometer durante a história. Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 104/92, subscrito pelo Senhor Presidente da APP-Sindicato, constante do expediente, encaminhando cópia da "pauta de reivindicações emanada da assembléia geral da entidade, no dia 29/03/92. A Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Ofício nº 402/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 01 do corrente mês, em virtude de compromissos na Região Noroeste do Estado. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando licença do seu mandato parlamentar a partir desta data, pelo período de 12 (doze) dias, para que possa assumir a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente.

cliente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 080/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Ariranha, desmembrado do Município de Ivaiporã. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL à emenda nº 01 de Plenário e CONTRÁRIO à de nº 02.

Em votação o Projeto ressalvadas as emendas. Emenda de Plenário com parecer favorável. Aprovada.

Emenda nº 02 com parecer contrário. Ficou prejudicada a Emenda.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 80/91

P A R E C E R:

O Projeto de Resolução em exame, de autoria do nobre Deputado Edson Silva Lino, autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Ariranha, desmembrado do Município de Ivaiporã.

O referido Projeto de Resolução originou-se do Projeto de Lei nº 256/91, de autoria do nobre Deputado Edson Silva Lino, que cria o Município de Ariranha. O mesmo atende aos requisitos básicos definidos pela Lei Complementar nº 56/91 para a criação de municípios.

Ao já citado Projeto de Resolução nº 80/91 existem duas Emendas, de autoria dos nobres Deputados Edson Silva Lino e Orlando Pessuti respectivamente, que divergem do texto original na definição das divisas da área onde deve realizar-se o plebiscito.

Confrontando-se as três proposições com a área estabelecida pelo IBGE - conforme Of/DPE/291/91, de 26 de novembro de 1991, anexo ao Projeto de Lei nº 256/91 - constata-se que a Emenda nº 1, de autoria do nobre Deputado Edson Silva Lino, é a que apresenta a delimitação correta para a área onde deve ocorrer o plebiscito proposto.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável ao projeto de resolução em causa, incorporando a Emenda nº 1, de autoria do nobre Deputado Edson Silva Lino, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

Curitiba, segunda, em 13.04.92

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 002/92, que altera, a partir de 1º de fevereiro de 1992, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos quadros de pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 002/92 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, ficam reajustados na forma das Tabelas que constituem o Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Fica incorporado nos níveis de vencimentos das Tabelas I e II do Anexo I, todo e qualquer percentual excedente de 50% (cinquenta por cento) percebido a título, e na forma, de gratificação prevista pelos Arts. 175 e 177 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e Art. 34, inciso IX da Constituição Estadual.

§ 1º - O disposto no presente artigo aplica-se para fins do artigo 6º da Lei Complementar nº 21 de 26 de outubro de 1984 relativos aos períodos completados até a vigência desta Lei.

§ 2º - Ficam ressalvados da aplicação do disposto neste artigo, os atuais ocupantes de cargos em comissão.

Art. 3º - O valor da Pensão Especial fica reajustado nos mesmos percentuais, de forma a preservar a proporção estabelecida pelo artigo 260, da Lei nº 6174/70.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 1992, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.04.92

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente

LOURENÇO FREGONESE

Relator

ANEXO I

Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, a vigor a partir de 1º de fevereiro de 1992.

TABELA I

NÍVEL	VALOR
1	498.001,93
2	468.119,56

3	438.241,72
4	408.359,07
5	378.484,63
6	365.808,12
7	340.410,75
8	247.568,48
9	224.355,15
10	201.355,15
11	177.931,57
12	154.725,62

TABELA II

CLASSE	VALOR
I	555.731,51
II	522.811,81
III	489.041,28

TABELA III

SÍMBOLO	VALOR
1-C	169.992,51
2-C	156.996,58
3-C	144.924,62
4-C	133.863,71
5-C	125.831,89
6-C	118.281,97

TABELA IV
CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO
SUPERIOR

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	391.489,15
DAS-2	358.618,97
DAS-3	330.555,58
DAS-4	292.390,43
DAS-5	263.414,75

TABELA V
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	15.894,69
2-F	13.492,92
3-F	11.898,24
4-F	9.550,70
5-F	8.728,41

Aprovado.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, registrando voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfei-

tamente.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTARIO, que altera a redação do art. 2º, da Lei nº 6517 de 02/01/74, nele incluindo os municípios de Agudos do Sul, Tijucas do Sul e Quitandinha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado o Substitutivo Geral.

O SR. DR. ROSINHA - Registramos também o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 473/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 98/91, dispõe que as pessoas físicas ou jurídicas que utilizam economicamente matéria-prima florestal nos termos dos artigos 20 e 21 da Lei nº 4771, de 15/09/65 - Código Florestal, são obrigados à sua reposição, direta ou indiretamente, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 5 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 473/91.- Aprovado. Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 473/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 613/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 158/91, que dá nova redação ao artigo 17, da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987. (Estrutura básica do Poder Executivo no Sistema da Administração Pública do Estado do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/92, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 004/92, que autoriza o Poder Executivo a, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual ceder ao Banco do Estado do Paraná S/A, o imóvel de propriedade do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/92, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 07/92, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Banco do Estado do Paraná S/A imóvel situado na Cidade de Flórida, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por

unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/92, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que denomina Rodovia de Vereador SADY MARCONDES LOUREIRO. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DR. ROSINHA - Registro voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/92, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 11/92, que integram o anexo III da Lei nº 9877, de 23 de dezembro de 1991, as seguintes categorias funcionais: Inspetor de Presídio e de Técnico de Administração, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/92, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Luz Eterna, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/92, de autoria do Deputado NELSON JUSTUS, que declara de Utilidade Pública a Casa do Caminho, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/92, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE CRISOSTOMO, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na cidade de São João do Caiuã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 081/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a Associação das Amigas de Carentes e Queimados, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 450, de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 438, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 434, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 446, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 453, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 448, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, com apoio dos Senhores Deputados Cleiton Kielse, Oswaldo Trevisan, Elio Rusch e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 447, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, com apoio dos Senhores Deputados Carlos Simões, João Preis, Nelson Garcia e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 449, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

A Mesa vai manter entendimento com o Ministro e com o Governador Roberto Requião para determinação do dia e hora dessa Comissão.

Requerimento de nº 451, de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 452, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Ademar Traiano, Rossoni e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 439, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino e Paulo Maia, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 440, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 441, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 442, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 431, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Toti Colaço, Paulo Maia, Mário Bezerra e Elio Rusch, com apoio dos Senhores Deputados José Tavares, Algaci Túlio, Arlindo Troian e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 080/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 382/91, 413/91, 506/91, 525/91, 529/91, 571/91, 578/91, 602/91, 603/91, 605/91, 032/92, 042/92, 055/92.

Marca ainda, para logo após o término da Sessão Ordinária, uma Sessão Extraordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 012/89, 013/89 e 014/89.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 097/92

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:
conceder aposentadoria, a pedido, a DARCI KLIEMANN, matrícula nº 493, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A" - NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual combinado com o Art. 132 e seus parágrafos da Lei nº 6174/70, e Art. 140, incisos I e III, da mesma Lei nº 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação inerente à simbologia D.A.S.-5, incorporada, de acordo com o Art. 140, parágrafo 2º e Art. 159 da Lei nº 6174/70; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º, da Resolução nº 02/64 e Proposição número 66/83; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o Art. 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70; um (01)

adicional incorporado, de acordo com o Art. 171 e seus parágrafos da Lei nº 6174/70, e três (03) adicionais, de acordo com o Art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal e Ato da Comissão Executiva nº 421/91, desta Assembleia; gratificação de um terço (1/3) do vencimento básico, a título de risco de vida e saúde, de acordo com o Art. 5º, da Lei nº 4697/63; e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme o Art. 1º, de Lei nº 6794/76, com nova redação dada pelo Art. 6º, da Lei Complementar nº 21/84, com proventos mensais no valor de Cr\$ 2.152.769,31 (dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, setecentos e sessenta e nove cruzeiros e trinta e um centavos), resultando no total anual no valor de Cr\$ 25.833.231,72 (vinte e cinco milhões, oitocentos e trinta e três mil, duzentos e trinta e um cruzeiros e setenta e dois centavos).

(Protoc. nº 659)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 098/92
conceder aposentadoria, a pedido, a EDGAR TAVORA JUNIOR, matrícula nº 139, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "B" - NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do Artigo 35, letra "c", da Constituição Estadual e Artigo 159 da Lei nº 6174/70, com proventos mensais e proporcionais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação à Simbologia D.A.S.-3, incorporada; cinco (05) triênios incorporados, segundo o Artigo 4º e parágrafo 1º da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o Artigo 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70; um (01) adicional, conforme o Artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal e Ato da Comissão Executiva nº 421/91, desta Assembleia Legislativa e cinquenta por cento (50%) de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Decreto Legislativo nº 68, de 20 de fevereiro de 1975, resultando em proventos mensais no valor de Cr\$ 1.762.169,78 (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, cento e sessenta e nove cruzeiros e setenta e oito centavos), perfazendo o total anual de Cr\$ 21.146.037,36 (vinte e um milhões, cento e quarenta e seis mil, trinta e sete cruzeiros e trinta e seis centavos).

Palácio "XIX de Dezembro", 31.03.92

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOÃO ARRUDA

1º SECRETARIO

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA EM 07.04.92

Aos sete dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Mário Bezerra, Oswaldo Trevisan, Lourenço Fregonese, Antônio Costenaro Neto, Emília Belinati, Alceu Swarowski, Cezar Silvestri. Passou-se à ordem do dia: 1) Projeto de Lei nº 81/92 de autoria do Deputado Anibal Khury. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati - APROVADO; 2) Projeto de Resolução nº 79/91 de autoria do Deputado Edson Lino. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 78/92 de autoria do Deputado Cleiton Crisóstomo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 4) Projeto de Resolução nº 63/90 de autoria do Deputado João Arruda. PARECER FAVORÁVEL ao arquivamento, do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 71/92 de autoria do Deputado Hermas Brandão. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 75/92 de autoria do Deputado Nelson Justus. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO. 7) Projeto de Lei nº 501/91 de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. REJEITADO o parecer do Deputado Relator Valdir Rossoni. Designado novo Relator, Deputado Mário Bezerra; 8) Proposição Veto nº 30/92, oriundo do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto. APROVADO. Nada mais

havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
Ana Lucia Andretta
Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
2.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e dois, às dez horas, na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, para deliberar sobre a Proposição nº 032/92, que compõe a prestação de contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa, referente ao exercício de 1991. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da presente reunião, apreciando a matéria, que teve como Relator o Senhor Deputado Mário Bezerra, com PARECER FAVORÁVEL - APROVADO. Após apreciação e exame da matéria pelos Senhores Deputados presentes, foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, marcando a próxima reunião quando da existência de matérias e, para constar, lavrei a presente Ata que após lida, aprovada e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, Senhores Deputados e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) NILTON BARBOSA
Presidente
Maria Regina Subtil
Secretária